

Proposições do Colóquio da RP - LESTE

Grupo	Âmbitos do Desenvolvimento Urbano	Propostas
1	Uso e Ocupação do Solo e Gestão Pública	<p>Disponibilizar assistência técnica gratuita para atender proprietários de áreas declivosas que desejam edificar.</p> <p>Constituir um modelo de planejamento para a gestão urbana, de modo que seja articulado com outros setores de atuação pública e tenha efetividade na vida da população.</p> <p>Adotar o instrumento de intervenção urbanística, EIV, na implantação de projetos habitacionais abaixo de 1.200 unidades tendo em vista que estes empreendimentos causam impactos na mobilidade e pressão sobre os serviços públicos disponíveis, resultados esses que necessitam ser previstos e mitigados nas áreas de inserção destes empreendimentos.</p> <p>Incorporar no PDP um projeto de futuro para o município.</p> <p>Construir áreas de lazer e convívio no âmbito da RP.</p> <p>Incluir no sistema de ordenamento e controle urbanístico medidas para a regularização de ocupações irregulares consolidadas e para a inibição de novas ocupações similares.</p> <p>Conduzir a atividade pública no sentido do ente municipal reapropriar das funções que lhe são pertinentes, especialmente quanto à fiscalização ambiental.</p> <p>Robustecer a atividade de planejamento, no contexto da Prefeitura.</p> <p>Integrar a atividade de planejamento com demais atividades públicas, especialmente aquelas com que tem maior interface, otimizando o atendimento do ente público municipal ao cidadão nas diversas áreas da cidade.</p> <p>Intensificar e melhorar a fiscalização da Prefeitura sobre os processos de ocupação do território, fazendo com que o poder público dê conta de proteger o que é público se valendo, para isso, de reestruturação setorial e de pedagogia continuada de orientação à população.</p> <p>Atentar para que o processo de renovação urbana não atinja, nem viole bens imóveis de interesse cultural.</p> <p>Estender a implantação de equipamentos de lazer para áreas desprovidas.</p> <p>Utilizar a lei do Plano Diretor Participativo para fortalecer a atividade de planejamento.</p> <p>Prever na lei do Plano Diretor Participativo instrumentos de intervenção urbana cuja aplicação possam gerar recursos a serem investidos no desenvolvimento urbano.</p> <p>Requalificar a RP – Leste, provendo-a de equipamentos e infraestruturas inexistentes.</p>



		<p>Apresentar projeto de melhoria e requalificação urbanística a ser implementado nas áreas de ocupações precárias como AEIS e entornos.</p> <p>Dar maior transparência aos aportes financeiros destinados ao Fundo Municipal de Habitação, segundo suas fontes legais e possíveis de provimento, e às deduções de seus recursos.</p> <p>Exercer maior controle sobre as ocupações em encostas, executadas sem orientação técnica adequada.</p> <p>Disponibilizar serviço de acompanhamento técnico para atender a construção de moradias populares, a fim de evitar situações de risco e irregularidades.</p> <p>Relocar famílias moradoras de áreas de risco em conjuntos verticais, construídos na mesma comunidade de vizinhança, como medida de requalificação das AEIS.</p> <p>Preservar a exigência legal de realização de estudo de impacto de vizinhança para implantação de empreendimentos habitacionais populares de grande porte.</p> <p>Recuperar as áreas degradadas habilitando-as para a construção de pequenos núcleos de moradias populares.</p> <p>Recomendar no Plano Diretor Participativo formas de capitalizar o Fundo Municipal de Habitação.</p>
	Transporte e Mobilidade	<p>Repensar o sistema de transporte coletivo do ponto de vista do número e itinerários das linhas, direcionando-o para ganhos de tempo e eficiência.</p> <p>Superar o modelo de transporte coletivo segmentado e sem integração.</p> <p>Buscar fluidez no trânsito, especialmente nos eixos viários principais.</p> <p>Criar estações de transbordo em pontos comuns de convergência e concentração das linhas, evitando afluxo de grande número de coletivos para a região central.</p> <p>Apropriar e utilizar o leito da ferrovia para transporte de passageiros de alta capacidade, no caso de viabilização do contorno ferroviário.</p> <p>Redirecionar parte das linhas de ônibus que circulam pela Avenida Barão do Rio Branco para Avenida Brasil.</p> <p>Dar tratamento adequado às vias que, nos bairros, oferecem alternativas de circulação em relação às vias principais sobrecarregadas, provendo-as de passeios e desobstruindo-as de entulhos e do tráfego intenso e pesado.</p> <p>Racionalizar o transporte coletivo urbano, otimizando linhas, horários e itinerários.</p> <p>Criar linhas circulares interbairros sem que passem pelo centro da cidade.</p> <p>Prover Juiz de Fora de um projeto de futuro no âmbito de mobilidade com atenção concentrada na potencialidade da Avenida Barão do Rio Branco, na implantação das estações de transbordo e na adoção do sistema de transporte coletivo troncalizado.</p> <p>Estudar permanentemente os fluxos de circulação locais, operacionalizando medidas que visem compatibilizá-los com a circulação de pedestres.</p>
	Saneamento, Meio Ambiente e Áreas Verdes	<p>Desenvolver atuação para evitar ocupações irregulares em áreas de APP's, especialmente lindeiras aos córregos, evitando que esgotos dos imóveis sejam lançados, in natura, nos cursos d'água.</p> <p>Implantar sistema de drenagem de águas pluviais nas áreas ocupadas da RP.</p>

	<p>Prover mais áreas verdes para as regiões em que os imóveis unifamiliares estão sendo substituídos por multifamiliares, acentuando o processo de verticalização.</p> <p>Adotar medida de regularização das ocupações já consolidadas nas APPs de margens de córregos e de preservação das APPs que ainda se conservam intactas.</p> <p>Utilizar os passivos ambientais após recuperação e saneamento de áreas urbanas e ambientais para implantação de habitação de interesse social ou como áreas requalificadas de uso público.</p> <p>Adotar alternativas de pavimentação que possibilite ganhos na permeabilidade do solo e na amenização do clima/calor.</p> <p>Prever ação regulatória no Plano Diretor Participativo que dê conta de equacionar as ocupações já consolidadas em APPs urbanas.</p> <p>Aliar fiscalização efetiva e educação ambiental como meio de assegurar a preservação do meio ambiente.</p> <p>Criar cinturões de amortecimento no entorno das escassas áreas verdes, ainda existentes na cidade.</p> <p>Compatibilizar a recuperação dos passivos ambientais da RP - Leste com as compensações provindas dos licenciamentos ambientais.</p> <p>Controlar a mortandade de peixes do Rio Paraibuna decorrente de efluentes resultantes da limpeza dos filtros e do reservatório da ETA da Represa Dr. João Penido.</p> <p>Limpar e dragar com regularidade curso d' água da RP - Córrego Matirumbide.</p> <p>Oferecer alternativa no âmbito da RP para finalização de entulhos de obras e outros, efetivando os pontos receptores de descargas, previstos no Plano de Resíduos da Construção Civil e evitando, assim, o abandono de rejeitos nas vias públicas.</p> <p>Dar efetividade às ações previstas no Plano de Saneamento.</p> <p>Priorizar as iniciativas que visam tratar os esgotos.</p> <p>Uniformizar o atendimento de limpeza urbana nas áreas periféricas informais e pobres com aquele dado às áreas centrais.</p> <p>Desenvolver projeto de educação ambiental nas escolas com ênfase na preservação do verde.</p> <p>Aplicar instrumentos extractivos tributários sobre as construções irregulares, executadas à revelia da legislação pertinente em vigor, com reversão dos recursos para a melhoria da atividade de fiscalização.</p> <p>Viabilizar solução para o problema de alagamentos.</p> <p>Oferecer incentivos tributários visando o aumento de áreas permeáveis no interior dos imóveis.</p> <p>Criar propostas restritivas para proteger as margens de cursos d' água e encostas da ocupação informal.</p> <p>Utilizar passivos ambientais recuperados, para implantação de espaços de shows e de eventos culturais.</p> <p>Regulamentar, em âmbito local, a utilização das APPs urbanas, criando grupo de trabalho para estudar a questão e propor medidas que coibam a cultura da ocupação imprópria nessas áreas.</p>
--	---

		Resguardar as áreas preservadas existentes da pressão que os assentamentos urbanos vem exercendo sobre elas.
		Criar medidas legais restritivas para a proteção da área do entorno do Poço D'Antas.
		Canalizar recursos oriundos da compensação ambiental para a recuperação de passivos ambientais e viabilização do seu uso público.
		Implantar as ações previstas no Plano de Resíduos da Construção Civil no que se refere à definição dos locais/estações receptoras e de processamento.
		Dar prosseguimento às iniciativas definidas no Plano Diretor de Saneamento.
		Ofertar serviço de limpeza urbana de qualidade, nas áreas periféricas.
Fonte: Colóquio da RP – Leste – Grupo 1		



Proposições do Colóquio da RP - Leste

Grupo	Âmbitos do Desenvolvimento Urbano	Propostas
2	Uso e Ocupação do Solo	<p>Considerar para efeito das diretrizes e propostas do Plano Diretor Participativo a alta densidade, a precarização dos serviços públicos e a topografia desfavorável da RP.</p> <p>Reavaliar a pertinência dos parâmetros da lei de uso e ocupação do solo para a RP.</p> <p>Buscar a verticalização sem adensamento, com expansão da oferta de serviços e a maximização de áreas permeáveis.</p> <p>Humanizar o espaço de moradia, investindo na arborização e na multiplicação de áreas de convívio, lazer e de espaços de entretenimento.</p> <p>Trabalhar nos aspectos que desfavorecem a condição e a imagem da RP, caracterizada pela carência de equipamentos sócio-comunitários e pela concentração de unidades de encarceramento.</p> <p>Buscar equidade na distribuição dos investimentos, a fim de mitigar as diferenças internas na RP e desta em relação às demais.</p> <p>Estimular a atividade comercial nos bairros da RP.</p> <p>Compatibilizar o adensamento da RP com a disponibilização de áreas livres públicas de convívio e lazer.</p> <p>Tirar a RP do isolamento e da segregação urbana, através de investimentos públicos importantes, compensando a falta de atratividade da RP para o mercado.</p> <p>Alargar a via de acesso ao bairro Linhares, possibilitando ao seu longo o desenvolvimento de centralidade linear entre Vitorino Braga e Linhares.</p> <p>Limitar a ocupação na RP.</p> <p>Compatibilizar o modelo de ocupação da RP com áreas verdes e permeabilidade do solo, permitindo lotes maiores para moradia e desenvolvimento de agricultura familiar.</p> <p>Prover a RP de espaços públicos que possam ser utilizados para atividades de lazer e cultura, como meio de desestigmatizá-la do preconceito, já que acolhe várias unidades prisionais.</p> <p>Conter, através de fiscalização, as construções irregulares na RP, inclusive na faixa de domínio dos cursos d'água.</p> <p>Restringir possíveis incrementos da ocupação na RP, dada sua topografia desfavorável.</p> <p>Prover oferta de equipamentos sócio-comunitários para a RP, minimizando sua subcondição no acesso aos serviços públicos</p> <p>Criar taxa de permeabilidade do solo a ser aplicada e exigida em todo projeto construtivo.</p> <p>Compensar as áreas desprovidas de equipamentos urbanos, como a RP Leste, contemplando-as, prioritariamente, quando da distribuição dos investimentos.</p>
	Habitação	<p>Mapear e monitorar as áreas de risco e ocupações irregulares com moradias vulneráveis, construídas sem suporte técnico.</p> <p>Desenvolver ações de regularização fundiária e de melhorias urbanas nas áreas de ocupação e construção irregulares.</p>

		<p>Permitir a verticalização controlada da RP, de maneira pontual e localizada, com unidades de até 4 pavimentos, dada as limitações topográficas da RP, liberando espaços para mobilidade e circulação e para a construção de espaços de convívio, esporte, lazer, cultura e de equipamentos sociocomunitários.</p> <p>Desenvolver programas habitacionais associados à exploração da agricultura familiar, consolidando a vocação da RP.</p> <p>Possibilitar o uso comercial nos empreendimentos habitacionais destinados à RP, criando facilidades para o conjunto dos moradores e evitando seu deslocamento para o Centro da cidade.</p> <p>Privilegiar os moradores de áreas de risco da RP como potenciais usuários de programas habitacionais da faixa de 0 a 3 salários mínimos.</p> <p>Programar áreas adequadas para implantação de programas habitacionais populares.</p> <p>Acompanhar a observância dos critérios de seleção e contemplação de beneficiários no Programa Minha Casa Minha Vida.</p> <p>Remover famílias moradoras em áreas de risco e vulneráveis.</p> <p>Estudar a infraestrutura instalada das potenciais áreas receptoras de empreendimentos habitacionais populares, optando sempre por aquelas que suprirão/absorverão satisfatoriamente o aumento de demanda decorrente do acolhimento desses empreendimentos.</p> <p>Priorizar a preservação de áreas verdes em detrimento da implantação de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida.</p> <p>Desenvolver estratégias de implantação dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida junto à população beneficiada para evitar a recusa em receber ou ocupar o imóvel, tendo em vista a inadequação de localização, de qualidade das moradias e de conflitos entre grupos de beneficiados.</p>
	Transporte e Mobilidade	<p>Viabilizar a ligação da RP com a MG-353.</p> <p>Estabelecer melhor conectividade entre os bairros desta RP.</p> <p>Viabilizar o anel rodoviário Sudeste/Nordeste de Juiz de Fora, passando pela RP-Leste, permitindo maior visibilidade da RP, mobilidade e a instalação de empreendimentos industriais nas suas margens, em benefício dos moradores próximos.</p> <p>Implantar ciclovia ao longo do Córrego Yung.</p>
	Saneamento, Meio Ambiente e Áreas Verdes	<p>Garantir maior quantitativo de áreas verdes e permeáveis face ao adensamento da RP.</p> <p>Multiplicar as áreas verdes urbanas.</p> <p>Acionar os proprietários das saibreiras desativadas da RP para que adotem medidas de contenção de processos erosivos e carreamento de resíduos minerários para o córrego Yung, evitando, em consequência, o assoreamento do Rio Paraibuna.</p> <p>Aumentar as taxas de permeabilidade do solo nas áreas ocupadas da RP, mitizando a recorrência de inundações e deslizamentos de encostas.</p> <p>Viabilizar projeto de arborização urbana com plantio de espécies de pequeno porte e raízes pivotantes, associado a campanhas educativas.</p> <p>Prever áreas de permeabilidade obrigatória nos lotes e incentivos fiscais para quem as mantiver.</p> <p>Desenvolver programa de fomento à revegetação de encostas, envolvendo áreas públicas e particulares, para minimizar o assoreamento do Rio</p>

		Paraibuna.
		Monitorar encostas vulneráveis e de risco, adotando medidas de controle para casos mais críticos.
		Transformar áreas ambientalmente precárias e degradadas, como as antigas saibreiras, em parques públicos revegetados.
		Desenvolver política de saneamento, que visa o tratamento dos esgotos domésticos, carreados para os cursos d'água e para o solo.
		Redimensionar redes de captação de águas pluviais, conforme adensamento das áreas.
		Considerar como parte da despoluição do Rio Paraibuna o trabalho no mesmo sentido a ser implementado nos seus afluentes.
		Prover, respectivamente, redes públicas de esgoto e de drenagem nos bairros de Vila Alpina e São Bernardo.
		Realizar obras de contenção de encostas em Santa Rita de Cássia e na Vila Sô Neném, para evitar escorregamento de massa.
Fonte: Colóquio da RP – Leste – Grupo 2		